

[Orçamento para 2019 prevê R\\$ 13,7 bilhões para emendas parlamentares](#)

Câmara dos Deputados - 06/09/2018

A proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA – [PLN 27/18](#)) para 2019 prevê R\$ 13,7 bilhões para emendas parlamentares impositivas. Desse total, R\$ 9,2 bilhões vão para emendas individuais (de deputados e senadores) e R\$ 4,5 bilhões para as de bancadas estaduais. As emendas individuais contemplam demandas que chegam das bases eleitorais dos parlamentares e de grupos organizados que procuram interferir no projeto orçamentário. Cada um dos 594 parlamentares poderá apresentar até R\$ 15,4 milhões em emendas individuais. Metade dessas irá para a saúde, seguindo divisão estabelecida na Constituição.

[Proposta susta reajuste de prestação de plano de saúde](#)

Câmara dos Deputados - 06/09/2018

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de [Decreto Legislativo 983/18](#), dos deputados do Psol Chico Alencar (RJ), Glauber Braga (RJ) e Luiza Erundina (SP), que susta reajuste de até 10% para prestações de plano de saúde. O aumento foi aprovado por decisão da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de

Saúde Suplementar (ANS) e publicada em junho no Diário Oficial.

[Projeto reduz prazo para início de tratamento de câncer no SUS](#)

Câmara dos Deputados - 05/09/2018

O [Projeto de Lei 9665/18](#), do deputado Jorginho Mello (PR-SC) em análise na Câmara dos Deputados reduz de 60 dias para 30 dias o prazo limite para o início do tratamento de pessoas diagnosticadas com câncer no Sistema Único de Saúde (SUS).

[Projeto permite que supermercados vendam medicamentos isentos de prescrição](#)

Câmara dos Deputados - 05/09/2018

A Câmara dos Deputados analisa proposta ([PL 9482/18](#)) que autoriza os supermercados e estabelecimentos similares a venderem medicamentos que dispensam prévia prescrição do médico. O objetivo do autor do projeto, deputado Ronaldo Martins (PRB-CE), é facilitar o acesso da população a esse tipo de remédio, em especial em municípios com poucas ou sem farmácias. O parlamentar destaca que, em muitas localidades no interior do País, a presença de drogarias é restrita.

[Proposta prevê política de atendimento integral ao diabético na rede pública de saúde](#)

Câmara dos Deputados - 05/09/2018

A Câmara analisa o [Projeto de Lei 9966/18](#), do Senado, que implanta uma política de atendimento integral ao diabético pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Entre outros pontos, o projeto assegura ao diabético o direito ao início do tratamento “de forma tempestiva” e com integralidade na assistência. A proposta ainda prevê mecanismos de descentralização administrativa no cuidado com os diabéticos.

[Presidente de comissão mista quer votar na semana que vem MP de ajuda a santas casas](#)

Câmara dos Deputados - 04/09/2018

Nesta terça-feira (4), deputados e senadores elegeram o deputado Leonardo Quintão (MDB-MG), para presidir a comissão mista que analisa a medida provisória de socorro a santas casas e hospitais filantrópicos ([MP 848/18](#)). Quintão designou para a relatoria da medida o senador Lasier Martins (PSD-RS). O deputado Antonio Brito (PSD-BA) será o relator-revisor.

[Consultoria de orçamento da Câmara mostra queda nos recursos para saúde e nos investimentos em educação](#)

Câmara dos Deputados - 04/09/2018

Cálculos da consultoria de orçamento da Câmara apontam queda de R\$ 1,2 bilhão para a área de saúde no projeto da lei orçamentária

de 2019. O número leva em conta o total autorizado para 2018, que é de R\$ 131,4 bilhões, e o fato de que metade das emendas parlamentares devem ser direcionadas para o setor.

[Projeto transforma em voluntárias contribuições para entidades do “Sistema S”](#)

Câmara dos Deputados - 31/08/2018

A Câmara dos Deputados analisa proposta que veda as transferências involuntárias de recursos às entidades do “Sistema S”. Pelo [Projeto de Lei 9509/18](#), as contribuições mensais a entidades como Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) passarão a ser voluntárias.

[Proposta susta norma que permite aumentar valor por participante de plano de saúde](#)

Câmara dos Deputados - 31/08/2018

Tramita na Câmara dos Deputados o [Projeto de Decreto Legislativo 981/18](#), do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que susta norma que alterou as regras de coparticipação e franquia em planos de saúde. Pela Resolução Normativa 433/18, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), os pacientes poderão pagar até 40% do valor de consultas e exames no modelo de coparticipação. Anteriormente, a orientação era de até 30% de cobrança.

[Projeto garante contratação de representante sindical por empresa terceirizada substituta](#)

Câmara dos Deputados - 31/08/2018

Proposta em análise na Câmara dos Deputados altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5.452/43) para garantir ao empregado representante sindical o direito de ser recontratado por empresa terceirizada substituta ao fim do contrato da empregadora anterior. Autor da proposta – [Projeto de Lei 9655/18](#) –, o deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) argumenta que a medida pretende assegurar o direito à atividade sindical mesmo diante das novas práticas trabalhistas, como é o caso da terceirização de serviços.

[Constitucionalidade da terceirização traz segurança jurídica, diz relator da reforma trabalhista](#)

Câmara dos Deputados - 30/08/2018

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela constitucionalidade da terceirização de serviços nas atividades meio e fim das empresas foi considerada “uma vitória da segurança jurídica” pelo relator da reforma trabalhista (Lei 13.467/17), deputado Rogério Marinho (PSDB-RN). Já o deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) acredita que a decisão vai contra os trabalhadores.

[Proposta redefine os legitimados a propor a Ação Declaratória de Constitucionalidade](#)

Câmara dos Deputados - 30/08/2018

A Câmara analisa o Projeto de Lei 8879/17, do deputado Mauro Mariani (MDB-SC), que pretende redefinir o rol de legitimados a propor a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC). O texto inclui dispositivos na Lei

do Controle de Constitucionalidade ([Lei 9.868/99](#)). A proposta acrescenta a essa lista: a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; os governadores; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); partido político com representação no Congresso Nacional; e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

[Lei garante atendimento de morador de rua pelo SUS](#)

Câmara dos Deputados - 28/08/2018

Está assegurado por lei o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social, mesmo que eles não apresentem comprovante de residência. A Lei 13.714, de 2018, que proíbe expressamente a recusa de atendimento pelo SUS nesses casos, foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (27).

[Complicação decorrente de procedimento estético poderá ter de ser notificada](#)

Câmara dos Deputados - 27/08/2018

Eventos adversos associados a procedimentos estéticos poderão ter de ser obrigatoriamente notificados às autoridades sanitárias, caso o Projeto de Lei 9602/18 seja aprovado pela Câmara dos Deputados. Segundo a autora da proposta, deputada Pollyana Gama (PPS-SP), “a intenção é de aumentar a qualidade de dados a esse respeito, permitindo que as autoridades possam atuar de forma a impedir a epidemia de sequelas e mortes após terapias estéticas”

[Projeto fixa requisitos para entidades de assistência social terem imunidade tributária](#)

Câmara dos Deputados - 23/08/2018

Tramita na Câmara o [Projeto de Lei Complementar 433/17](#), do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que fixa os requisitos legais para que entidades beneficentes de assistência social gozem de imunidade tributária. O projeto regulamenta dispositivo da Constituição segundo o qual são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes que atendam às exigências estabelecidas em lei.

[Senado aprova nome de Paulo Roberto Rebello Filho para diretoria da ANS](#)

Senado Federal - 05/09/2018

O Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (05) a [indicação](#) do advogado Paulo Roberto Rebello Filho para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Os parlamentares destacaram a trajetória profissional de Rebello Filho, mas questionaram a decisão da ANS de autorizar o aumento de 10% no preço dos planos de saúde.

[Volta à Câmara projeto que obriga hospitais a notificar acidentes com menores](#)

Senado Federal - 05/09/2018

O Plenário aprovou, em turno suplementar, a proposta que obriga os hospitais a notificarem acidentes envolvendo menores de idade (PLC

13/2017). A intenção é atualizar dados sobre os casos que envolvem crianças e adolescentes em acidentes de todos os tipos, com objetivo de formular políticas públicas de prevenção. A proposta foi modificada pelos senadores e volta para a Câmara dos Deputados.

[Segue à Câmara texto que garante ao paciente diárias para ajudar a custear tratamento fora de sua cidade](#)

Senado Federal - 05/09/2018

Aprovado pelo Plenário, o projeto ([PLS 264/2017](#)) transforma em lei uma portaria do Ministério da Saúde que garante o pagamento de despesas de pacientes que fizerem tratamento fora da cidade onde moram. De acordo com o texto, os valores, que variam de R\$ 2 a R\$ 100, só serão liberados se o tratamento for prescrito por um médico da rede pública com autorização de um gestor do SUS e após a garantia do atendimento na cidade encaminhada.

[Projeto que oficializa a campanha Outubro Rosa é aprovado pela CAS](#)

Senado Federal - 05/09/2018

A proposta ([PLC 32/2018](#)) aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) oficializa a campanha Outubro Rosa e destina o mês à conscientização sobre o câncer de mama. Entre as ações previstas estão a iluminação dos prédios públicos com luzes cor de rosa; a promoção de palestras, eventos e atividades educativas.

[Chaves quer sindicatos atuando na autorização de grávidas que trabalhem em condições insalubres](#)

Senado Federal - 05/09/2018

O senador Pedro Chaves (PRB-MS) apresentou um projeto defendendo a atuação de sindicatos ou da autoridade administrativa do trabalho na autorização do trabalho de gestantes em condições insalubres ([PLS 373/2018](#)). A apresentação do projeto foi feita durante pronunciamento nesta quarta-feira (5) no Plenário do Senado.

[Debatedores cobram transparência de planos de saúde](#)

Senado Federal - 04/09/2018

O setor de planos de saúde precisa de transparência em relação aos seus reais custos e resultados para que não haja dúvidas quanto à necessidade ou não de reajustes das mensalidades. Foi o que afirmaram nesta terça-feira (4) os participantes de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Eles também disseram ser preciso encontrar caminhos para que o setor ofereça serviços de qualidade de maneira sustentável, que os cidadãos tenham condições de pagar.

[Senado analisa projetos para beneficiar pacientes com doenças raras](#)

Senado Federal - 03/09/2018

As pessoas que sofrem de doenças raras recebem atenção especial do Senado. O

Plenário aprovou este ano o projeto que cria uma política nacional para o atendimento desses pacientes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Outras cinco matérias sobre o assunto aguardam decisão de comissões permanentes da Casa.

[Venda de remédio sem prescrição médica será discutida na CAS](#)

Senado Federal - 24/08/2018

A venda de remédios isentos de prescrição médica vai ser discutida na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O [PLS 284/2015](#), de autoria do senador Romero Jucá (MDB/RR), abre a possibilidade para a venda de medicamentos analgésicos em lojas de conveniência, "drugstores" e minimercados. Para o autor, essa medida garante o acesso da população à saúde, visto que 246 municípios brasileiros não possuem sequer uma farmácia.

[Proposta garante reajuste de honorários pagos a médicos por planos de saúde](#)

Senado Federal - 23/08/2018

Os honorários médicos poderão ser corrigidos sempre que houver reajuste nas mensalidades dos planos de saúde. Projetos nesse sentido ([PLS 380/2011](#) e [PLS 358/2012](#)) estão prontos para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Segundo a relatora, Simone Tebet (MDB-MS), a remuneração adequada dos médicos é desejo de todos.